

**ACTA**

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Não compareceu o Vereador Júlio Martins Faria Mendes tendo, contudo, apresentado requerimento para suspensão do seu mandato, que foi votado antes da ordem do dia, conforme adiante se indica. Nesta sequência, e como estivesse presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Amadeu Artur Matos Portilha, foi efectuada a respectiva substituição, nos termos do n.º 7 do art. 77.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo, consequentemente, participado como Vereador na presente reunião ordinária. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador Rui Vítor Costa – Alertou para os actos de vandalismo visíveis no Parque de Lazer de Ponte referindo que, face a esta realidade, devem ser adoptadas medidas pedagógicas e fiscalizadoras. **2 - Vereador Carlos Vasconcelos** – Disse que a Câmara Municipal de Guimarães deveria pedir explicações sobre a rejeição das candidaturas apresentadas pela Universidade do Minho aos financiamentos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), sendo que um dos projectos contemplava a

construção de uma biblioteca no Campus de Azurém; **3 – Vereadora Ana Amélia Guimarães – a)** – Quis saber o motivo pelo qual a Câmara Municipal procedeu ao abate de árvores na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra; **b)** – Perguntou se a Câmara Municipal estava a utilizar a plataforma electrónica, na sequência da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos. **4 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Disse que o mau tempo e as chuvas que se fizeram sentir nos últimos dias danificaram, não só o Parque de Lazer de Ponte, como também os Parques da Costa e de Selho. Acrescentou que, durante esta semana, uma equipa da Câmara Municipal irá realizar trabalhos de reparação no Parque da Costa e, posteriormente, nos restantes parques; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador Carlos Vasconcelos disse não ter qualquer informação pois as candidaturas são de âmbito nacional e não regional. Acrescentou que a Universidade do Minho não solicitou à Câmara Municipal qualquer apoio nesse sentido, pelo que desconhece os processos em causa. Concluiu, referindo que estaria sempre disponível para colaborar no que fosse preciso; **c)** – Sobre as árvores da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra esclareceu que foram substituídas de acordo com informação prestada pelos técnicos do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; **d)** – Sobre as novas regras da contratação pública, disse que a Câmara Municipal estava já a 100% a trabalhar com a plataforma electrónica. **5 – Vereador Armindo Costa e Silva – a)** – Sobre o Parque de Lazer de Ponte disse que a equipa técnica que zela pelos parques já havia detectado problemas, estando tudo prevista uma intervenção, que terá necessariamente de aguardar por uma melhoria climática; **b)** – Sobre as árvores da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, explicou que não tinha havido abate mas antes substituição de árvores; assim, as cerejeiras foram transplantadas para o Parque da Cidade



a estão a ser plantadas Jacarandás naquela Avenida; **5 – Vereador César Machado** – Disse que os actos de vandalismo registados no Parque de Lazer de Ponte são do conhecimento da Polícia Municipal que está no terreno vigilante, não conseguindo, contudo, estar presente em todos os locais. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE LOUVOR – SOFIA ESCOBAR – MELHOR ACTRIZ DE TEATRO MUSICAL NO REINO UNIDO EM 2008 – Presente

a seguinte proposta: “Foi com muita alegria e orgulho que a Câmara Municipal de Guimarães tomou conhecimento da eleição de Sofia Escobar como Melhor Actriz de Teatro Musical no Reino Unido em 2008, o seu ano de estreia num país e numa cidade onde o teatro musical tem uma longa tradição e, nessa medida, uma extrema exigência na avaliação dos seus intérpretes. Esta eleição é tanto mais significativa quanto resulta da escolha directa do público londrino e inglês, que colocou Sofia Escobar à frente de actrizes consagradas, um feito de relevo se considerarmos que se tratava da sua estreia no “West End” e numa obra com a importância de “West Side Story” na história do teatro musical. A Câmara Municipal de Guimarães expressa deste modo a Sofia Escobar as suas mais vivas felicitações e a confiança de que, com a perseverança e brilho de que já deu provas, este será o primeiro de muitos triunfos na sua carreira”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUSPENSÃO DE MANDATO – VEREADOR JÚLIO MARTINS

FARIA MENDES – Presente o seguinte requerimento apresentado pelo Vereador Júlio Martins Faria Mendes: “Aquando da decisão de lhe solicitar a revogação dos poderes e competências que V. Ex.^a me havia delegado no

início do presente mandato, expressei que me reservaria um período de reflexão, necessariamente breve, durante o qual decidiria se renunciava ou mantinha o mandato para o qual fui eleito pelos Vimaranenses, acrescentando que a minha decisão ponderaria, em primeiro lugar, os interesses de Guimarães. Hoje, tendo reflectido suficientemente sobre aquela matéria, entendo expor o seguinte: 1. Apesar de ter sido eleito como independente, não posso ignorar que integrei a lista eleitoral do Partido Socialista que, tendo atingido uma maioria absoluta, pode e deve desfrutar das condições políticas necessárias à execução do seu projecto. Consequentemente, e considerando ainda a enorme responsabilidade que Guimarães assumiu em vários projectos, entendo ser minha obrigação contribuir para criar as condições necessárias à manutenção da estabilidade governativa no seio do órgão executivo da Câmara Municipal de Guimarães até ao final do actual mandato, condição que reputo de imprescindível à defesa dos interesses do próprio Concelho que, reafirmo, me comprometi a ponderar em primeiro lugar. Ora, considero que este desiderato pode vir a ser prejudicado, em algum momento ou circunstância, em resultado de tomadas de posição ou opções futuras que se possam revelar dissonantes, pois apesar de assim não ter sucedido até hoje, a prudência recomenda que tal seja acautelado desde já, o que, na minha óptica, implica o meu afastamento do executivo municipal; 2. Contudo, atendendo às várias declarações que o Senhor Presidente da Câmara tornou públicas recentemente e à minha inteira disponibilidade para, caso se torne absolutamente necessário, dar o meu contributo em favor dos superiores interesses e responsabilidades do Município de Guimarães, a figura da suspensão do mandato é aquela que melhor garante esta possibilidade. Pelos motivos expostos, venho requerer a V. Ex.^a se digne submeter a votação na próxima reunião da Câmara Municipal a



suspensão do meu mandato autárquico, por 90 dias, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR.** -----

Nesta altura, pelas dez horas e trinta minutos, após verificação da identidade e legitimidade respectivas, procedeu-se à substituição do Vereador Júlio Martins Faria Mendes, nos termos do disposto no n.º 7, do art. 77º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, visto que estava presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, **Amadeu Artur Matos Portilha.** O Presidente da Câmara deu as boas vindas ao novo Vereador, desejando-lhe felicidades no respectivo mandato. -----

----- INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício da Sub-Região de Saúde de Braga dando conhecimento da instalação, no Centro de Saúde de Urgezes, da Direcção do Agrupamento do Centro de Saúde de Guimarães/Vizela, bem como de uma nova ambulância de apoio do Instituto Nacional de Emergência Médica, solicitando, por isso, a colaboração da Câmara Municipal na resolução do problema de estacionamento junto daquela Unidade de Saúde; **2** – Da recepção de e-mails de alguns munícipes lamentando o facto de a Câmara Municipal de Guimarães não ter tido uma presença individualizada na Bolsa de Turismo de Lisboa, na sequência da recém-criada Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal; **3** – Esclareceu um artigo publicado num jornal sobre a realização de uma reunião do Eixo-Atlântico, em Guimarães, em que o respectivo texto não condizia com a fotografia impressa; **4** – Da presença do Secretário de Estado da Juventude e Desporto no próximo dia

20 de Fevereiro, pelas 11:00 horas, no Palácio Vila Flor, para assinatura dos Protocolos relativos à Medida 4 – “Mini-Campos Desportivos”; **5** – De ter sido designada a Escola Secundária Francisco de Holanda para representar Guimarães na primeira edição do Parlamento Jovem Europeu, cuja sessão plenária está marcada para o próximo dia 17 de Abril. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Fevereiro de 2009, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 3.858,66 m², situada no Lugar de Caneiros, freguesia de Fermentões, atendendo à importância visual e paisagística de parte do terreno, bem como pela existência de uma infra-estrutura viária na parcela que terá de ser mantida, pelo valor de €270.106,20 (duzentos e setenta mil cento e seis euros e vinte centimos), a pagar em 10 prestações mensais e sucessivas, com início no corrente mês, mediante a celebração de um contrato-promessa, concretizando-se a respectiva escritura de compra na data da última prestação; **2** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Fevereiro de 2009, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 850 m², situado no Lugar de Sernande de Cima, freguesia de Candoso S. Martinho, necessário à construção do Centro Escolar de Candoso S. Martinho, pelo valor de €34.000,00 (trinta e quatro mil euros); **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 13 de Fevereiro de 2009, que adjudicou a empreitada designada por “**Requalificação do Edifício Escolar da EB1 de Sande S. Lourenço**” ao concorrente “Nirvar – Construções, Lda”, pelo valor de €268.493,43 (duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e três euros e quarenta e três centimos) + IVA, para um prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos; **4** - Do despacho



do Vereador Domingos Bragança, datado de 13 de Janeiro de 2009, que adjudicou a empreitada designada por “**Renovação/Adaptação do Antigo Edifício da CP – Espaço Jovem**”, ao concorrente “Combitur – Construções Imobiliárias e Turísticas, S.A.”, pelo valor de €177.379,96 (cento e setenta e sete mil trezentos e setenta e nove euros e noventa e seis cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 120 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos; **5** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Fevereiro de 2009, que concordou com a abertura do Concurso Público n.º 1/09, de acordo com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior o programa de procedimento e caderno de encargos, bem como a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou Serviço:** Fornecimento de 7.000 toneladas de betão betuminoso; **Preço base:** €231.000,00 (duzentos e trinta e um mil euros) + IVA (20%); **Classificação económica:** 02.01.21; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado; **Entidade competente para adjudicar:** O Presidente da Câmara Municipal; **Júri: Efectivos:** **Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Adelaide Sousa Ribeiro; Coordenadora Técnica; José Parcídio Meira Leite Salgado, Chefe da Divisão de Administração Directa; **Vogais Suplentes:** Maria Fernanda Fernandes Castro, Chefe da Divisão de Empreitadas; Carla Alexandra Ribeiro Salgado Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Adelaide Sousa Ribeiro”. **6** – Da seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: “**REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS MUNICIPAIS** – O Regulamento e a Tabela de Taxas e Licenças

Municipais foram objecto de recentes alterações, aprovadas por deliberação da Câmara Municipal de 6 de Novembro de 2008, e ratificadas pela Assembleia Municipal em sessão de 24 de Dezembro do mesmo ano. Verificou-se, entretanto, que duas taxas sofreram alterações em relação ao valor aprovado, resultantes de alterações contratuais. Assim, a taxa relativa à emissão da Carta Europeia de Condução Informática, constante da Tabela no Capítulo referente ao Departamento de Bibliotecas, Arquivo e Documentação, tinha sido alterada por contrato celebrado entre o Município de Guimarães e a ECDL PORTUGAL SA, entidade que, em Portugal, detém os direitos de exploração da Carta Europeia de Condução Informática. Inicialmente o valor previsto para a emissão desta Carta era de €24,81, valor que consta da Tabela de Taxas e Licenças, no entanto, com a celebração daquele contrato, foram estabelecidos novos produtos e novos preços, que constam do Anexo B ao referido contrato, e que se junta em anexo à presente informação. Ora, tratando-se de vários produtos e vários preços distintos, não se justifica manter o valor que consta da Tabela como valor a cobrar pela emissão da Carta. Por outro lado, e após análise do contrato em causa, verifica-se que as quantias a cobrar aos munícipes não constituem taxas municipais, no sentido de serem receitas municipais cobrada por um serviço prestado pela autarquia. Os valores constantes do Anexo B do contrato configuram, sim, preços que ambas as partes acordaram em cobrar pelos serviços relativos à emissão da Carta, e que se destinam a ser entregues à ECDL PORTUGAL SA, não constituem, sequer, receitas da autarquia. Assim, não sendo aqueles valores receitas municipais não devem constar da Tabela de Taxas e Licenças pelo que se coloca à consideração do Sr. Presidente retirar o valor constante da referida Tabela como taxa pela emissão da Carta Europeia de Condução Informática, continuando os serviços da Biblioteca Municipal a cobrar aos



utentes interessados na obtenção daquela Carta os preços acordados com a ECDL PORTUGAL SA. Por outro lado, estava, também, aprovada uma taxa pela incineração de animais mortos, a que correspondia, por cada kg de peso do animal – €0,51, acrescido de IVA à taxa legal de 20%. Ora, o serviço de incineração dos animais não é realizado directamente pelos serviços da autarquia, é entregue a empresas especializadas que existem no mercado, e a quem a Câmara entrega a prestação do serviço. A taxa aprovada e constante da Tabela resultava do custo apurado na sequência de um concurso em que a empresa adjudicatária apresentou aquele preço. Esta prestação de serviços terminou no passado mês de Dezembro. Iniciado novo procedimento a empresa a quem foi adjudicada a nova prestação de serviços apresentou um preço diferente por kg (€0,83 + IVA a 5%), o que significa que a autarquia não pode continuar a cobrar os valores constantes da Tabela, porque o serviço que contratou, neste momento, é mais caro €0,32. Assim, resultando esta taxa de um procedimento concursal que pode variar no início de cada ano, coloca-se, igualmente, à consideração do Sr. Presidente que esta taxa seja retirada da Tabela e cobrados aos munícipes os valores que, a cada momento, são debitados pela entidade prestadora do serviço. Por fim, considerando o supra exposto, e uma vez que não se trata da aprovação de novas taxas, consideramos não ser necessário que esta alteração à Tabela seja aprovada pelos dois órgãos do município, mas tão somente ser dado conhecimento à Câmara Municipal, em reunião de Executivo Camarário”; 7 - Da Acta n.º 14 do Conselho Municipal de Segurança, realizada no passado dia 29 de Janeiro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA

REALIZADA EM 5 DE FEVEREIRO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por esta ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador Amadeu Portilha por não ter participado na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE INFANTAS – CONTA FINAL – Presente a seguinte proposta: “1 – “Por deliberação da Câmara Municipal, datada de 19 de Julho de 2007, foi a empreitada em título adjudicada à empresa NORLABOR E ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO SA pelo valor de €1.292.668,39 (um milhão duzentos e noventa e dois mil seiscentos e sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos) + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos contratuais é de €1.287.988,07 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil novecentos e oitenta e oito euros e sete cêntimos) + IVA. 3 - Verificou-se a existência de €4.680,32 (quatro mil seiscentos e oitenta euros e trinta e dois cêntimos) +IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto, o que corresponde a uma percentagem de 0,36%. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Foi efectuada a revisão de preços definitiva, uma vez que já se encontram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços é de €52.056,57 (cinquenta e dois mil cinquenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos) + IVA. 6 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €1.340.044,64 (um milhão trezentos e quarenta mil quarenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos) + IVA, do auto final no valor de €22.515,66 (vinte e dois mil quinhentos e quinze euros e sessenta e seis cêntimos) + IVA e do auto de revisão de preços no valor de €52.056,57 (cinquenta e dois mil cinquenta e



seis euros e cinquenta e sete cêntimos) +IVA, elaborada nos termos do artigo 221º do Decreto-Lei 59/99 de 2 de Março. 7 - Para cumprimento do disposto no nº 1, do art. 220º, do Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março, foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 8 - De acordo com o n.º 1 do art. 222º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB 1 DE S. ROQUE – FREGUESIA DA COSTA – Presente uma informação da Divisão de Património Municipal respeitante às negociações para aquisição de uma parcela de terreno com a área de 1.200 m², a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, sob o nº. 19.358 e do artigo rústico 42º, destinada à ampliação da Escola EB1 de S. Roque, freguesia da Costa. O proprietário da referida parcela, Teresa Maria Lobato Braga Vaz Vieira, residente na Casa do Bringel, freguesia de Oliveira, considerou aceitável o valor de €27.012,24, conforme avaliação efectuada pelo perito da lista oficial. Assim, nos termos do art. 11º do Código das Expropriações, submete-se à Câmara Municipal a aquisição da identificada parcela de terreno, pelo valor de €27.012,24 (vinte e sete mil doze euros e vinte e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS E DIREITOS A ELES INERENTES DAS PARCELAS 2, 5 E 6, NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DA FEIRA SEMANAL

E ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO ENTRE O NOVO MERCADO MUNICIPAL E A CENTRAL DE CAMIONAGEM – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães pretende levar a efeito a construção da “Nova Ferira Semanal e um arruamento de acesso que possibilite a ligação directa entre o Novo Mercado e a Central de Camionagem”, permitindo, desta forma, retirar da envolvente do Castelo e dos Paços dos Duques de Bragança, uma actividade semanal de interesse para o concelho mas que colide com a estética do local onde presentemente se desenvolve e que dificilmente permite o cumprimento da actual legislação em termos de requisitos que este tipo de recinto deve possuir, nomeadamente os estipulados no art. 20º do Decreto-Lei nº. 42/2008, de 10 de Março. Por outro lado, a criação do arruamento de ligação entre a Central de Camionagem e o Novo Mercado, potenciará e tornará mais atractiva a acessibilidade a estes dois locais, descongestionando simultaneamente o trânsito na zona do Mercado nos dias de maior movimento. Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art. 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, consagrando-se desta forma a causa de utilidade publica a prosseguir. Nesta conformidade, tem vindo a encetar-se diligências no sentido de se proceder à aquisição dos terrenos necessários à implantação da obra, por via do direito privado, nos termos do nº 1 do art. 11º do Código das Expropriações, não tendo sido possível chegar a acordo com os proprietários das parcelas 2 e 6, bem como com o rendeiro da parcela 5 e o inquilino comercial da parcela 6, em



virtude de haver uma substancial diferença entre o valor proposto pelo Município e o pretendido pelos interessados, o que representa não haver conveniência, para a autarquia, na aquisição amigável. As parcelas em causa, com a área de 14.235,50m², melhor identificadas no mapa anexo, estão classificadas no Plano Director Municipal como zona de Equipamento e Zona de Construção Central. Os encargos previstos com a expropriação destas parcelas totalizam €186.418,26, em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. Nestes termos, e no uso das competências conferidas pela alínea c) nº. 7 do artº. 64º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deverá ser deliberado requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade Pública, para efeito de expropriação das mencionadas parcelas e dos direitos a elas inerentes. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.03.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos, Vítor Ferreira e Ana Amélia Guimarães. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram contra o ponto 4 da agenda desta reunião, na medida em que a feira semanal é uma proposta que apenas pretende remediar um erro estratégico que consistiu a deslocalização do mercado, conforme o PSD sempre apontou. Pretende-se com a nova proposta de localização da feira tentar salvar economicamente o investimento feito no novo mercado municipal. Pretende-se, ao menos uma vez por semana, aumentar o número de clientes do mercado, acrescentando-lhe os actuais clientes da feira semanal. Entendemos que

deitar dinheiro em cima de um problema normalmente não o resolve. O estudo prévio prevê um espaço para a feira com cerca de 200 lugares para os feirantes, os mesmos lugares que, caso a fiscalização funcione, se podem localizar em espaços urbanos já existentes, sem requerer novos recursos financeiros, que aliás são cada vez mais raros, na zona envolvente do estádio Afonso Henriques ou nas Hortas, só para citar algumas localizações possíveis. Somos a favor, neste caso, de uma fiscalização actuante e de uma regulamentação que permita a existência de uma feira semanal devidamente organizada e de imagem renovada. Somos contra qualquer investimento de raiz por desnecessário. Um erro estratégico, aliás não assumido, não pode justificar segundo erro. -----

A Vereadora Ana Amélia Guimarães apresentou a seguinte **declaração de voto**: “A feira semanal é uma actividade económica com peso significativo para centenas de pessoas que dela vivem e para muitas mais que a ela se deslocam. As deslocalizações acarretam quase sempre prejuízos para comerciantes e consumidores, fazendo perigar investimentos e comprometer soluções. Não estamos em altura de comprometer investimentos nem de fazer perigar sustentos. Consideramos, ainda, que a deslocalização da feira semanal resulta mais duma necessidade de responder às dificuldades de afirmação do novo mercado, não ponderando outras alternativas ou mesmo a manutenção do actual local, com outras valências”. -----

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2009 –

Presente um ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo o mapa com a previsão dos custos de funcionamento para o ano de 2009, bem como as transferências a efectuar pelos Municípios, pelo que solicitam a transferência, por parte da Câmara Municipal de



Guimarães, da verba de €184.773,44 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e setenta e três euros e quarenta e quatro centimos) correspondente a custos de pessoal, bem como da verba de €121.479,88 (cento e vinte e um mil quatrocentos e setenta e nove euros e oitenta e oito centimos) relativa a custos de funcionamento, no valor total de €306.253,32 (trezentos e seis mil duzentos e cinquenta e três euros e trinta e dois centimos). Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04. O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ADESÃO À ADDICT – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS –

Presente a seguinte proposta: “Em Outubro de 2008 foi constituída a Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, na concretização de propostas avançadas por um “Estudo Macroeconómico – Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região Norte”, que indicou Porto e Guimarães como as cidades da Região com potencialidades e condições para se tornarem territórios criativos. A Agência tem como objectivo, entre outros, maximizar o papel da criatividade na economia global da região, contribuindo para o aumento dos níveis gerais de inovação, e representa os mais diferentes sectores das indústrias criativas, desde a publicidade, design, cinema, música, informática, televisão, entre outros, englobando já mais de sessenta associados, na sua grande maioria entidades privadas. A Direcção da Agência convidou a Câmara Municipal a aderir. Os seus estatutos fixam a jóia e a quota anual indexados aos orçamentos das entidades aderentes, estabelecendo como montantes máximos a jóia de €1.000,00 (mil euros) e

a quota anual de igual montante. Considerando os objectivos e os projectos actuais nesta área do desenvolvimento, já anteriormente aprovados e apresentados pela Câmara, proponho a adesão do Município à ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 06.02.03.05. Os Estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ADESÃO AO PASSE 4_18 – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de Setembro, criou o passe «4_18@escola.tp», destinado a todas as crianças e jovens que não beneficiem do transporte escolar, previsto no Decreto Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, alterado pelo Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, e pela Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril. Os alunos não abrangidos pelo transporte escolar, com idade entre os 4 e os 18 anos, inclusive, beneficiam de redução do preço do título de transporte, a qual corresponde a um desconto de 50% a deduzir no valor da tarifa inteira relativa aos passes mensais em vigor, correspondentes ao percurso entre a sua residência e a escola. De acordo com o número 2, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 186/2008, o passe «4_18@escola.tp» é aplicável aos serviços de transporte colectivo de passageiros concessionados por iniciativa dos municípios, mediante a adesão destes. Ao aderir, a Câmara compromete-se a manter a estrutura tarifária dos passes existentes à data da criação do passe «4_18@escola.tp» e a informar o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, sobre quaisquer alterações que venham a ser introduzidas no contrato de concessão. Não existindo outras implicações



para o Município, designadamente de ordem financeira, sendo estas asseguradas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, e considerando a concessão dos transportes pela Câmara aos Transportes Urbanos de Guimarães, propomos a adesão do Município de Guimarães ao passe «4_18@escola.tp»". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 87 CANDIDATURAS – Presente um ofício da Entidade Empresarial Municipal CASFIG, EEM submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta de aprovação de 87 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião extraordinária realizada no passado dia 11 de Fevereiro, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal nesta empresa. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 28 de Janeiro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna foi cedido, durante o mês de Janeiro, o transporte em viaturas da Câmara para apoio ao banco social – 215 Km e Centro de Dia – 480 Km. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação do transporte solicitado”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na aprovação da proposta.**

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para

ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Fevereiro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, o transporte, em autocarro, dos alunos das turmas do 5.º ano de escolaridade à ETA – Estação de Tratamento de Águas, nos passados dias 10 de Fevereiro e 3 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de Janeiro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, o transporte, em autocarro, de 31 alunos da Escola EB1 de Estrada, Gonça ao Museu Alberto Sampaio, Paço dos Duques e Castelo, no passado dia 11 de Fevereiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Janeiro de 2009, que disponibilizou, ao Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira o transporte, em autocarro, dos utentes ao Pavilhão Multiusos, para participação em aulas pontuais de ginástica, ao abrigo do Projecto Sénior promovido pela Cooperativa Tempo Livre em colaboração com a Câmara Municipal, nos passados dias 29 de Janeiro, 12 e 26 de Fevereiro, 19 e 30 de Março, 16 e 30 de Abril, 14 e 28 de Maio, 15 e 25 de Junho. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e



Ambiente: “Pretende um grupo de alunos do 12.º ano da Escola Secundária Francisco de Holanda organizar, no âmbito da disciplina de Área de Projecto, uma visita de estudo à ilha de S. Miguel, Açores. Para tal, solicitaram a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte do grupo, nos dias 20 e 25 de Fevereiro, de Guimarães para o Aeroporto e regresso. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art. 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como a prestação de trabalho extraordinário”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Freguesia de Souto Santa Maria solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte das crianças que frequentam o apoio sócio educativo ao Pavilhão Multiusos, no próximo dia 25 de Fevereiro. Considerando que se trata de uma deslocação de relevante importância no desenvolvimento das crianças, que vias a participação no Festival do Gelo a decorrer no Pavilhão Multiusos e não haver inconveniente para os serviços a disponibilidade da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA A OFICINA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Serviço educativo do Centro Cultural Vila Flor solicitou a colaboração do Município através da

cedência de um autocarro para efectuar o transporte das crianças inscritas nas “Oficinas de Artes e Actividades Lúdicas” no dia 31 de Março à Olaria da Cruz de Pedra e à Casa do Pão-de-ló de Margaride, em Felgueiras. Assim, considerando que se trata de uma deslocação de manifesto interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO SANTOS SIMÕES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A docente Rafaela Rosário da Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho está a realizar um trabalho junto dos alunos das Escolas EB1 da Cruz de Argola, Belos Ares, e Serzedo, pertencentes ao Agrupamento Santos Simões, que visa as boas práticas alimentares e o combate à obesidade infantil. Nesse trabalho incluiu uma acção na Pista de Atletismo Gémeos Castro, e solicitou à Câmara apoio no transporte de 300 crianças das escolas para as referidas instalações desportivas. Considerando o interesse pedagógico da iniciativa, proponho que seja disponibilizado o transporte solicitado em autocarro, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Polvoreira é co-proprietária com a Fraternidade Nuno Álvares de uma fracção na Urbanização das Trofas com construção em grosso, tendo de realizar obras para a instalação daquela associação escutista como obrigação



contratual da parceria estabelecida. Essa obra está em curso e tem um orçamento de execução de €39.000,00 mais IVA. Para a sua concretização está a contribuir a população através de peditórios organizados pelos escuteiros. A Junta de Freguesia solicitou igualmente apoio financeiro à Câmara para esse fim. Considerando o interesse social do equipamento, proponho que seja concedido à Junta de Freguesia de Polvoreira um apoio de €10.000,00 (dez mil euros) a pagar mediante autos de medição a realizar pelo Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO DIRECTIVO E DIRECTORES REGIONAIS DA SEGURANÇA SOCIAL

– Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 16 de Fevereiro terá lugar, em Guimarães, no Centro Cultural Vila Flor, um Encontro Nacional do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS) com os Directores Regionais de todo o País. Por contacto estabelecido pela Senhora Directora do Centro Regional de Braga, foi solicitado o apoio da Câmara à iniciativa, o qual deferi, e que será o seguinte: Cedência de sala de reuniões do Centro Cultural Vila Flor. Oferta do almoço e café no decorrer dos trabalhos, para cerca de 45 participantes e respectivos motoristas no dia em que decorrerá o Encontro. Oferta de animação musical no Jantar do dia antecedente do Encontro para os participantes que aqui pernoitarão a suas expensas. Oferta de lembranças e material promocional da cidade. O valor global das despesas a efectuar será de €2.765,00 (dois mil setecentos e sessenta e cinco euros). Considerando o interesse da iniciativa e da sua realização em Guimarães,

proponho a ratificação do referido despacho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 18 a 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – BANDA MUSICAL DE CALDAS DAS TAIPAS – ANIVERSÁRIO – Presente a seguinte proposta: “A Banda Musical das Caldas das Taipas completa no corrente ano de 2009, 175 anos da sua fundação. Para comemorar a efeméride, vai organizar um Festival de Bandas com a participação de cinco representações que actuarão na Cidade e naquela Vila, tendo solicitado apoio à Câmara para as despesas de transporte e refeições dessas filarmónicas que colaborarão de forma gratuita. Considerando a história e o presente daquela Banda Musical, e o



relevo da comemoração, proponho que seja concedido um subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros) para a realização do referido Festival, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 18 a 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – UNIVERSIDADE DO MINHO – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – PROJECTO AIR CARGO CHALLENGE 09 – Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho vai participar na prova

Air Cargo Challenge⁰⁹ com um projecto de construção e voo de um avião rádio controlado. Este projecto tem um orçamento de €1.535,00 (mil quinhentos e trinta e cinco euros). Para o seu desenvolvimento, o referido Departamento está a angariar patrocínios e solicitou à Câmara a sua adesão. Considerando a relevância tecnológica do projecto, proponho a atribuição de um subsídio de €500,00 (quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 18 a 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES – FESTIVAL INTERNACIONAL DE ÓRGÃO



IBÉRICO – Presente a seguinte proposta: “A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães vai promover, com início a 20 de Fevereiro e encerramento a 3 de Julho, um Festival Internacional de Órgão Ibérico, a decorrer na Igreja de Santo António dos Capuchos. Guimarães possui um número significativo de Órgãos que, com o decorrer dos tempos, perderam valor de uso. Porém, dado o seu valor patrimonial, têm vindo a ser restaurados, acrescentando valor às Igrejas onde se encontram e possibilitando a realização de concertos de um instrumento que se considerava perdido. A iniciativa da Santa Casa da Misericórdia insere-se nessa requalificação, concretizada com o restauro do Órgão da Igreja dos Capuchos, e com um orçamento de €7.000,00, apresenta um programa de sete concertos com actuações de organistas de grande impacto internacional. Considerando o contributo desse Festival para a afirmação cultural da cidade e o estímulo que ele constitui para o restauro desse património, proponho que seja concedido um subsídio de €1.400,00 (mil e quatrocentos euros) correspondente a um apoio de 20% do orçamento previsto, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 18 a 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do

PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – “SPRINGFESTIVAL” – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da disciplina da “Área de Projecto”, a Escola Secundária Francisco de Holanda vai organizar no próximo dia 21 de Março na envolvente do Estádio Afonso Henriques um Festival diversificado que incluirá uma prova de skates, dança, malabarismo, desportos radicais. Na prova estarão presentes skaters profissionais como estímulo à participação dos “amadores” amantes da modalidade. Para a realização desta iniciativa, a sua organização solicitou à Câmara apoio na oferta dos troféus correspondentes aos primeiros classificados das provas de “iniciados” e “amadores”. Considerando o interesse pedagógico da iniciativa, proponho que sejam oferecidos seis troféus, pertencentes ao espólio municipal, à referida Escola para a atribuição pretendida, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – TORNEIO DE BASQUETEBOL INTER-ESCOLAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Janeiro de 2009, que concedeu à Escola Secundária Martins Sarmento 12



medalhas e 3 troféus destinados à realização de um Torneio de Basquetebol Inter-Escolas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE S. TORCATO – FEIRA FRANCA DOS 27 – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 27 de Fevereiro vai realizar-se a secular “Feira Franca dos 27”, na Vila de S. Torcato, considerada uma das maiores da nossa região. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, proponho que seja autorizada a realização da Feira nos moldes habituais”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA EM HONRA DE S. BARTOLOMEU – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Janeiro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho um subsídio no valor de €57,59 (cinquenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa em Honra de S. Bartolomeu, realizada entre os passados dias 23 e 24 de Agosto. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 25 e 26 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição

política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – FESTA EM HONRA DO PADROEIRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Padroeiro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €179,66 pelo que será de autorizar a instalação de três contadores para a potência de 41,4 KVA cada no período compreendido entre 14 e 16 de Maio de 2009, bem como a atribuição, à Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa em Honra do Padroeiro num máximo de €89,83 (oitenta e nove euros e oitenta e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 25 e 26 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das



festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM". -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----